



<https://doi.org/10.51880/ho.v27i01.1434>



# Sonhos interrompidos, perseguição política e uma vida reinventada: o golpe de 1964 e seus desdobramentos na vida do militante político Mery Medeiros da Silva

Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto\*

ORCID iD 0000-0001-8998-2343

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Natal, Brasil

**Resumo:** O golpe de 1964 transformou o Brasil, alterou a ordem política vigente, freou o avanço das reformas de base e, considerando o contexto político mundial, alinhou o país aos interesses norte-americanos, ao assumir o combate à dita “ameaça comunista”. Para além dos impactos de ordem macro, o golpe provocou mudanças também no cotidiano mais particular da vida daqueles sujeitos considerados subversivos. Muitas e diversas narrativas poderiam ser escolhidas para demonstrar essas transformações, perdas e interdições acumuladas. Aqui, optou-se por uma, a do militante político Mery Medeiros da Silva. O objetivo principal é discutir os impactos do golpe de 1964 e dos seus desdobramentos sobre os sonhos e a vida de um homem, potiguar e comunista, que foi perseguido, preso e torturado em função de sua militância, mas que reinventou o viver e fundou uma associação de anistiados políticos nos anos 2000. Para tanto, utilizou-se o arcabouço teórico-metodológico da história oral, percebida a partir das afetações provocadas em ambas as partes envolvidas na entrevista (Portelli, 2016), e abordada em uma perspectiva híbrida (Meihy; Holanda, 2017), oportunizando o cruzamento de fontes (Thompson, 2002) e permitindo trazer à discussão as memórias coletivas (Halbwachs, 2017), expressas nas narrativas, mas também dados, informações e adjetivações presentes em periódicos, legislações e demais fontes.

**Palavras-chave:** Memória. Golpe de 1964. Narrativa.

## Interrupted dreams, political persecution, and a reinvented life: the 1964 coup and its ramifications in the life of the political activist Mery Medeiros da Silva

**Abstract:** The 1964 coup transformed Brazil, changed the existing political order, stopped the progress of foundational reforms, and aligned the country with U.S. interests by assuming the fight against the so-called “communist threat”, considering the global political context. Beyond macro-level impacts, the coup also brought changes in the more personal daily lives of individuals considered subversive. Many diverse

\* Pós-doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestra e graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: alinydayany@gmail.com.

narratives could be chosen to illustrate these transformations, losses, and accumulated prohibitions. Here, we have selected one narrative, the one of the political activist Mery Medeiros da Silva. The main goal is to discuss the impacts of the 1964 coup and its consequences on the dreams and life of a man, potiguar, native of Rio Grande do Norte and a communist, who was persecuted, imprisoned, and tortured due to his activism but reinvented his life and founded an association of political amnesty beneficiaries in the 2000s. To achieve this, we used the theoretical and methodological framework of oral history, perceived through the affectations caused in both parties involved in the interview (Portelli, 2016), approached from a hybrid perspective (Meihy; Holanda, 2017), allowing for the cross-referencing of sources (Thompson, 2002) and bringing into discussion collective memories (Halbwachs, 2017), expressed in narratives, as well as data, information, and adjectives found in periodicals, legislation, and other sources.

**Keywords:** Memory. 1964 coup. Narrative.

## Introdução

Quanta vida cabe em um escrito? Assim iniciei a me questionar quando cogitei escrever para este dossiê. Não queria um trabalho genérico e distante sobre pessoas sem nomes, acontecimentos sem sentimentos, plenamente higienizados de qualquer afetação. Do contrário, só me dispunha a voltar a discorrer sobre o golpe de 1964 e seus desdobramentos, se aqui coubesse um grande punhado de vida, vida daquele narrador que ouvi e vida daquela interlocutora que o ouviu.

Neste trabalho, optei por mergulhar no conceito de história oral de Alessandro Portelli (2016), na via de mão dupla que permite escutar, se alterar, observar, mas também ser observada, provocada, ir em busca de mexer em antigas gavetas da memória, procurar por instantes vividos há tanto tempo e que, por vezes, ainda evocam tanta dor. Fragmentos de um ontem que estavam submersos em camadas de tempo, tendo-se transformado em uma memória subterrânea (Pollak, 1989), até que alguém pedisse permissão para trazê-los de volta ao presente e fosse autorizada a fazê-lo por um narrador que, em um movimento de autoridade compartilhada (Frisch, 2016), sabia a importância que tal ato teria.

Foi em meio a essa disposição que retornei a narrativas orais registradas há quase uma década e meia e às memórias que elas evocam em mim hoje, passados todos esses anos, tendo acumulado experiências (Larrosa, 2020) e em um novo contexto. A escrita de hoje é marcada ainda pela ausência, já que não posso mais contar com a presença física do seu principal narrador, Mery Medeiros da Silva, sem poder retornar à sua sala no edifício amarelo, que tinha uma janela para o rio Potengi, sem partilhar um café olhando o entardecer sobre o rio e perguntando o que ele queria dizer com esta ou aquela expressão, pronunciadas na recente entrevista que tínhamos gravado. Retornar às memórias que ele me narrou, em *on* e em *off*, traz à tona o desafio de repensar 1964 à luz do início dos anos 2000, mas também considerando os difíceis anos que encerraram

a última década e iniciaram a atual. Refletir o golpe de 1964, neste momento da vida política nacional, possibilita uma escrita mais consciente de que o passado não se repete, mas as ameaças à democracia seguem à espreita, mesmo que revestidas de novos aparatos tecnológicos e expressões em inglês, a exemplo das tão difundidas *fake news*.

Ciente de tudo isso, objetivo, neste trabalho, discutir os impactos do golpe de 1964 e dos seus desdobramentos sobre os sonhos e a vida de um homem, potiguar e militante político comunista, Mery Medeiros da Silva, que foi perseguido, preso e torturado em função de sua militância, mas que reinventou o viver e fundou uma associação de anistiados políticos nos anos 2000. Mery se encantou em 2020, após uma vida de lutas, resistências e muita resiliência, mas suas memórias seguem (re)existindo.

Nosso encontro ocorreu ainda durante a graduação, quando eu buscava entender o processo de anistia em 1979 e a retomada das discussões com a criação da Comissão Nacional de Anistia, criada a partir da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002 (Brasil, 2002). Durante alguns anos, da graduação até o mestrado, Mery me acompanhou pacientemente, narrando sobre si, trazendo testemunhos sobre terceiros, em um movimento vivido por tabela (Pollak, 1992), ou abrindo portas para que outros confiassem e também narrassem suas vidas para mim.

Neste texto, apresento resultados de uma pesquisa iniciada em 2007 e que eu julgava encerrada em 2012, mas que, percebo hoje, não teve fim naquela data, posto que as vidas partilhadas comigo seguem provocando afetos em mim e naqueles que as encontram por intermédio de algum escrito. Por esse motivo, essas linhas visam, além de discutir sobre o golpe e a ditadura dele resultante, sensibilizar gerações que não viveram, nem tiveram contato com seus sobreviventes, para que possam sentir um pouco dos resultados de anos de repressão e seus impactos sobre os sonhos e a vida de uma pessoa comum. Pessoa esta que desejava um mundo melhor para todos, mas também para si, que lutava por um coletivo e também ansiava por ser escritor, que passou a juventude em presídios e, mesmo assim, reinventou o viver possível. Peço licença, então, para trazer à tona uma escrita sensível, que almeja mais que dados, que vislumbra alcançar afetos, emoções, sensibilidades (Pesavento, 2007).

Seguirei uma escrita organizada em três blocos: o primeiro intitulado “Dos sonhos perdidos e reinventados, um pouco de Mery Medeiros”; o segundo chamado “Golpe e repressão: a vida de um militante político de esquerda a partir de abril de 1964”; e o terceiro sob o título de “Vividos possíveis: as prisões, o pós-ditadura e a necessidade de reinventar a vida”. Cada item traz consigo as memórias que Mery me narrou, mas também outras entrevistas concedidas a terceiros, a exemplo de uma longa fala gravada pelo Centro de Direitos Humanos e disponibilizada em seu *site* na *web*. Além daquilo que foi narrado no momento formal da entrevista, outras impressões e reminiscências narradas por Mery aparecem quase que instintivamente, já que compartilhamos juntos muitos momentos ao longo dos anos da pesquisa, e mesmo depois. Tomo a liberdade de fazer aparecer o *on* e o *off*, ciente de que as memórias voluntárias e involuntárias

(Benjamin, 2012) transbordam os minutos registrados durante os momentos formais. Falas de outros narradores também apareceram ao longo deste escrito, pois contribuem para entender um pouco melhor a trajetória de Mery e dos movimentos de luta e resistência contra a ditadura e em prol da anistia no Rio Grande do Norte (RN).

Seguindo a perspectiva do cruzamento de fontes, orientada pelas discussões elencadas por Paul Thompson (2002), lidando com uma história oral híbrida (Meihy; Holanda, 2017), também utilizei outras fontes documentais, tais como: leis, decretos, relatórios de polícia militar, notícias de jornais e matérias de *sites*, que foram cruzadas com as experiências narradas nas entrevistas e durante o período de convivência com Mery Medeiros e com outros anistiados políticos que compunham a Associação Norte-Rio-Grandense de Anistiados Políticos (Anap-RN).

## Dos sonhos perdidos e reinventados, um pouco de Mery Medeiros

Homem negro, de família humilde, nascido no distrito de Regomoleiro, São Gonçalo do Amarante (RN), Mery Medeiros da Silva era estudante secundarista nos anos 1960 e intensamente envolvido com a vida política. À época do golpe de 1964, estudava e atuava junto ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), exercendo atividades em Natal e também no interior, principalmente com a fundação de sindicatos rurais e com a organização das Ligas Camponesas, conforme ele anunciava:

Eu trabalhava e ajudava a fundar os sindicatos rurais e todo o movimento de organização social. E terminou em setembro de 1963 eu ajudando na criação das Ligas Camponesas no Rio Grande do Norte. (Mery Medeiros da Silva, 2012).

Sobre sua filiação política, ele assim a definia:

Eu era ligado, tradicionalmente, ao Partido Comunista Brasileiro [PCB], um grande partido, que foi meu partido durante mais de quarenta anos. Depois eu saí, passei um período sem partido e ingressei no Partido Comunista do Brasil [PCdoB], faz dez anos. (Mery Medeiros da Silva, 2012).

Mesmo mudando de partido, o ideal no bem comum, em uma luta por condições de vida e existência mais justas, sempre fizeram parte de sua trajetória. Em muitas de nossas conversas informais, ele se definia como um sonhador, como alguém movido por utopias, mas que não esperava que as coisas simplesmente acontecessem. Era um homem que se definia pela crença e pela ação combinadas. Já no final de nossa entrevista formal, ele narrou o quanto era movido pela luta, pelo desejo de mudança, e o quanto não se arrependia das escolhas feitas, mesmo sabendo que tiveram um custo alto, já

que acumulou prisões e não pôde realizar o sonho de ter tido uma vida acadêmica. Ele assim dizia:

[...] eu acho que tudo vale a pena, como dizia o poeta português Fernando Pessoa, “Tudo vale a pena, quando a alma não é pequena”. Não é apenas um fato, vale a pena viver por um ideal e vale a pena ter um objetivo. Não me arrependo de nada, poderia ter feito melhor, poderia, como eu disse a você no início, não é frustração, eu poderia contribuir mais se eu fosse um professor diplomado, e talvez nem fosse, talvez nem fosse a pessoa que Mery Medeiros é, despida de vaidade. (Mery Medeiros da Silva, 2011).

1964 trouxe para a vida do militante político Mery Medeiros, assim como para a de tantos outros, a suspensão de sonhos. No Rio Grande do Norte, tão logo o golpe se estabeleceu, o governo do estado, tendo à frente o governador Aluísio Alves, rapidamente se alinhou aos objetivos golpistas e instalou um inquérito de polícia, subsidiado com verbas do governo do estado, a fim de indiciar os subversivos do RN. Desse inquérito, encomendado a dois policiais de Pernambuco, resultou o chamado Relatório Veras (Veras; Domingos, 1964), que recebeu este nome devido ao seu principal autor se chamar Carlos Moura Morais Veras. Elaborado e publicado já em 1964, com divulgação inclusive na imprensa local, através do jornal *O Poti*, o relatório foi uma das primeiras ações a marcar as vidas daqueles que nele apareceram. Os indiciados e as indiciadas passaram a ser vistos e divulgados como subversivos que ameaçavam a ordem social e o bem-estar da população potiguar. A partir daí, outros inquéritos e ações de perseguições foram sendo acumulados.

Mesmo antes da conclusão do Relatório Veras, já nos primeiros dias de abril de 1964, as prisões no estado tiveram início, promovidas pelas forças de segurança que utilizaram Regimentos do Exército, como o 16º Batalhão de Infantaria – 16 RI de Natal. Sobre esse momento, Moacyr de Góes (2004, p. 30) afirma que quando ele mesmo foi preso, quase dois meses após o golpe, praticamente todos os que estavam à frente da Prefeitura de Natal já tinham caído:

Já me acostumando com a nova situação procurava descobrir os pontos de vantagem. Sempre fui assim. Busco as duas faces da moeda. E logo descobri. Sem pensar no que vinha pela frente, eu olhava para trás. Com a prisão, terminavam quase dois meses de uma tresloucada luta para conservar a liberdade, mesmo quando todos os aliados já haviam caído. As tensões e o medo terminavam ali. Mesmo que, no futuro próximo, outras tensões e medos nascessem. Mas isso seria no futuro. No momento, na Kombi que já escaldava, uma etapa se consumava. Não poderia ser diferente. Relaxei. Respirei fundo. Me reencontrei e decidi participar do jogo da aranha. Mas, com lucidez. Veras deve ter percebido a nuance de que alguma coisa mudara em mim. O policial profissional avalia, qualitativamente, o adversário. Agora, o silêncio contava a meu favor.

No caso de Mery Medeiros, especificamente, ele aparece no Relatório Veras (Veras; Domingos, 1964) como sendo: “Estudante, Secretário da Liga Urbana do RN, em Natal. Tomava parte ativa na instalação de Delegacias das Ligas Camponesas no Interior deste Estado juntamente com Francisco Julião e Padre Alípio de Freitas” [sic].

Mery passou por prisões no Rio Grande do Norte, no Ceará, em Pernambuco, que foram se somando entre 1964, no imediato pós-golpe, e 1971. Após o período de prisões, veio uma atuação política na clandestinidade de um partido ainda ilegal. Junto a isso, o peso de um decreto que impossibilitava uma vida acadêmica (Brasil, 1969) e toda a carga negativa ligada a um ex-presidiário, mesmo tendo sido preso político. Segundo Mery, “E eu, até por questão de preconceito, as pessoas me detestavam e tinham medo da minha presença. Aí, você era solto, mas o clima de terror permanecia” (Mery Medeiros da Silva, 2012). O fim da prisão não representava o fim da perseguição e dos estigmas.

Ao se referir ao período pós-prisão, outro companheiro de Mery, o senhor Floriano Bezerra de Araújo, que também me narrou sua trajetória de vida política antes e após o golpe de 1964, afirmava que o pior de tudo era ficar anos sem emprego, vendo a família passar por dificuldades financeiras e ele sem poder “dar um prego numa barra de sabão” (Floriano Bezerra de Araújo, 2012). Naquele momento da entrevista, Floriano se emocionou de modo particular, havia um peso social em não poder mais se constituir enquanto o principal mantenedor de sua família.

Outro militante do Partido Comunista, na época do golpe, o senhor Benjamin Capistrano (2022), por ocasião de uma entrevista mais recente, gravada em outra pesquisa, que aborda a vida e a carreira de professores de História, também apresentou relatos semelhantes sobre a dificuldade de conseguir emprego, já que seu nome constava na lista de subversivos do estado.

Em que pese tudo isso, os sonhos de uma vida – Mery julgava que conciliaria luta política e vivência acadêmica – foram interrompidos. O curso de sua vida foi intensamente alterado pelo golpe de 1964. Seus sonhos, postos em suspensão, não puderam ser plenamente retomados. Entre 1964 e 1971, o objetivo principal era manter-se vivo. Após esse período, era não ser mais preso e, de algum modo, sobreviver com sanidade mental, tentando não ser atormentado pelas marcas das torturas sofridas. Sarar o corpo espancado e maltratado era difícil, mas cicatrizar uma alma que sentiu e viu anos de dor e sofrimento, talvez tenha sido o desafio de toda uma existência.

## **Golpe e repressão: a vida de um militante político de esquerda a partir de abril de 1964**

Mery Medeiros aceitou prontamente ao convite para participar de uma entrevista

coletiva (à época não sabia que o que fazíamos era uma entrevista pública) em uma escola municipal de Parnamirim, região metropolitana de Natal, por ocasião dos 50 anos do golpe, em 2014, mediada por mim e pelo professor Fernando Wanderley. Naquele dia, ele narrou para os e as estudantes dos 8º e 9º anos daquela instituição o quanto um golpe contra a democracia é algo inaceitável. Ele narrava sem expressão de ódio ou rancor e ali detalhava o quanto as prisões foram difíceis, e também o quanto ele e outros companheiros as transformaram em verdadeiras salas de aula, buscando conscientizar, na melhor concepção freireana (Freire, 2013), os presos comuns, já que em muitas ocasiões dividiram celas com outros presos, que não somente os políticos.

Nas diversas oportunidades que tive com Mery Medeiros, ficava impressionada com a fala resiliente e ao mesmo tempo esperançosa, de quem perdeu muito naquele 1 de abril de 1964. No Rio Grande do Norte, assim como nos demais estados brasileiros, não foi preciso aguardar muito para sentir o peso e o impacto do golpe de 1964, já nos primeiros dias de abril.

Uma vez deflagrado o golpe, e confirmada sua veracidade, as primeiras notas começaram a ser emitidas na imprensa local. As peças a serem movidas no tabuleiro político e a orientação a favor ou contra o movimento golpista foram sendo expostas, simultaneamente com as primeiras ações repressivas. Parece paradoxal o quanto uma cidade, anunciada pelos próprios militares nos veículos de imprensa local enquanto ordeira, precisava estar tão alerta e vigilante, como eles também divulgavam.

Ao analisar um dos principais jornais de circulação local à época, o *Diário de Natal*, ligado aos *Diários Associados*, já é possível perceber a tensão e a divisão de forças no território potiguar. No dia 1 de abril de 1964, o *Diário* trazia, na mesma página, a mensagem do prefeito de Natal a favor de João Goulart e em prol da legalidade democrática, e, ao lado, a mensagem dos líderes militares na capital. Assinaram esta última nota o comandante da Naval de Natal, contra-almirante Mario Cavalcanti de Albuquerque, e o comandante da Guarnição Militar de Natal, coronel Alberto Carlos de Mendonça Lima. No texto, eles afirmam o total alinhamento com o governo do estado, na figura do então governador Aluísio Alves, que também emitiu mensagem sinalizando seu pleno apoio às forças golpistas.

Ainda na mesma página, o jornal expõe a sinalização de apoio do comandante do IV Exército, Justino Alves Bastos, e enfatiza o clima de normalidade das Forças Armadas na capital potiguar, além da ocupação dos sindicatos, da Rede Ferroviária Federal em Natal e do que foram chamados os “pontos sensíveis” da cidade. Destacava-se, ainda, a orientação dos militares para que fossem evitados locais com aglomerações, quaisquer tentativas de passeatas, comícios ou atos semelhantes, voltados, sobretudo, aos estudantes e operários. Aí, já era possível perceber que os próximos dias, meses e anos seriam de alerta, controle e repressão aos trabalhadores, ao movimento estudantil, aos líderes políticos de esquerda e a quaisquer outros que demonstrassem algum sinal de oposição.

Embora a todo tempo a calma e tranquilidade fossem destacadas nas falas de militares golpistas, os títulos das notícias anunciavam alertas, ocupações e as notas dos militares orientavam a população a ficar em casa. Um contrassenso? Penso que não, uma demonstração de força desproporcional ao que se desenrolava na capital, envolta em um clima ainda de incerteza quanto ao real alcance que as palavras de ordem de líderes que apoiavam João Goulart, como o próprio prefeito de Natal, Djalma Maranhão, tinham ou não. Apesar da anunciada calma, as notas e as ações expunham que não havia total confiança nesta tranquilidade divulgada.

A matéria que noticiava a ocupação dos sindicatos e a greve da Rede Ferroviária Federal em Natal concluía com a afirmação: “Hoje de manhã também foi ocupada a Rede Ferroviária Federal, onde se iniciou greve nos primeiros minutos de hoje. Foi utilizado um **tanque** para arrombar um dos portões fechado pelos grevistas” (Diário de Natal, p. 6, 1 abr., 1964, grifo nosso). Qual a real necessidade de utilização de um tanque para derrubar um portão? Qual o tamanho, as proporções e o material deste portão, para que fosse preciso utilizar um tanque para conseguir derrubá-lo? Era mesmo preciso? Ou esta ação seria mais um ato intimidador? Compreendo que sim, colocar militares espalhados pela cidade, emitir notas em defesa do alinhamento ao golpe, ocupar “preventivamente” sindicatos e, estrategicamente, a Rede Ferroviária em greve, mesmo quando este direito ainda não havia sido prescrito, constituía um conjunto de ações repressivas que visavam impor um clima de força, controle, ordem e, principalmente, intimidação. Afinal, quem se levantaria diante das armas?

Nesse cenário, Mery Medeiros, então jovem estudante, continuou sua participação no Partido Comunista Brasileiro, junto às Ligas Camponesas, e manteve o alinhamento às ideias de esquerda que o mobilizaram até ali. Não tardaria até que fosse indiciado, listado, considerado subversivo, perseguido e preso em diversos lugares, dentro e fora do Rio Grande do Norte.

Em virtude do golpe e de seus desdobramentos, o governo do estado do Rio Grande do Norte tomou a iniciativa de começar um inquérito próprio, conforme já dito antes. Esse inquérito foi iniciado no dia 17 de abril de 1964, duas semanas após o golpe deflagrado, que culminou com a produção e ampla divulgação do Relatório Veras (Veras; Domingos, 1964) e de um elenco de “comunistas, terroristas e subversivos” em geral, como eram adjetivados aqueles que apareceram nas páginas do relatório. Em setembro, o relatório foi entregue ao governo do estado com um balanço de duas investigações: uma dirigida pelo policial José Domingos da Silva, envolvendo a área rural e a Rede Ferroviária Federal; e outro conduzido por Carlos Moura de Moraes Veras, que cobria as áreas sindicais, movimento estudantil, setor intelectual e Prefeitura do Natal. Ambos os policiais, vindos de Pernambuco e treinados pela CIA (Central Intelligence Agency), entregaram um balanço que serviu de justificativa para outros processos e inquéritos desenvolvidos no estado. Talvez esse fosse um dos marcos para a repressão que se seguiu ao longo de 1964 no RN, pois trouxe a público, de forma



sistemizada, os nomes, profissões e supostos crimes dos indiciados, bem como suas fotos, tudo isso veiculado dias depois na imprensa, como é possível ver no periódico *O Poti*, de 20 de setembro de 1964, dias após ser entregue ao governo do estado.



Figura 1 – Jornal *O Poti*, capa do Segundo Caderno, edição de 20 de setembro de 1964. Fonte: Acervo da autora.

Um dos movimentos, ao qual estava ligado Mery Medeiros, foi alvo direto da atenção do delegado José Domingos da Silva – eram as Ligas Camponesas, aqui lideradas por outro importante político de esquerda, à época deputado estadual, o senhor Floriano Bezerra de Araújo, que perdeu o mandato em função do golpe e foi indiciado e preso, tendo ficado anos sofrendo os reflexos desse período. O próprio Floriano assim narrou sua participação política à época:

Na época do golpe eu era presidente do sindicato dos trabalhadores de salinas, não estava mais trabalhando na salina, propriamente dita. Eu estava na representação sindical. E na representação política, como deputado estadual em segunda eleição. (Floriano Bezerra de Araújo, 2012).

Ao abordar o papel das Ligas Camponesas, sua articulação no RN e a ação do seu líder, Floriano Bezerra, o delegado José Domingos Silva assim o descreveu e qualificou:

[...] vinha Floriano Bezerra Araújo e seus asseclas produzindo um amplo trabalho,

eficiente e conforme as Diretrizes do PC, o que nos dá conta da iminente deflagração da pretendida Revolução Brasileira pelos comunistas, objetivo pernicioso anticristão e criminoso, que graças ao Movimento Revolucionário de 31 de março do corrente ano, não enlutou a Nação Brasileira! (Veras; Domingos, 1964).

Marco as expressões pernicioso, anticristão e criminoso, para que fique explícito o caráter de desqualificação de qualquer movimento à esquerda, empregado neste trecho e ao longo de todo o inquérito. Mesmo quando não havia claramente dados, ou fatos, esse tipo de adjetivação dava a tônica do texto. Não bastava apontar os possíveis “crimes de subversão”, era preciso impactar a população, enfatizando o caráter “anticristão”. Ora, o que uma questão de fé teria a ver com as tensões políticas? Vincular a subversão aos comunistas, e estes a figuras demoníacas, anticristãs, traduzindo para uma linguagem conhecida da população e que possibilitava o máximo de medo, ojeriza e distância dessas pessoas.

Nessa direção, há décadas, se construía visões pejorativas sobre o comunismo no Brasil e isso era notado na própria fala da população comum, sem militância política. Lembro que em uma das entrevistas que realizei com uma professora leiga da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” (campanha também considerada subversiva no referido relatório), perguntei sobre 1964 e a participação de Djalma Maranhão, mas a professora desconversou, não quis “deturpar” a imagem do líder popular. Já uma aluna, da mesma campanha, me afirmou categoricamente que ele não era “esses negócio de comunista, não”, isso porque ele seria uma boa pessoa.

Esse clima de medo foi também atestado por Mery Medeiros em uma das entrevistas concedidas a Roberto Monte (2014), líder do Centro de Direitos Humanos no RN. Quando questionado sobre a situação vivida no imediato pós-golpe, Mery utilizou duas palavras marcantes para descrevê-la: medo e terror. Segundo ele, a cidade se transformou e as denúncias avançavam, mesmo quando eram infundadas. Para Mery, as delações foram amplamente estimuladas. Ele destacou, ainda, o quanto diversos setores e poderes apoiaram, ou silenciaram, diante do golpe, tendo a Prefeitura de Natal se mantido como quase o único espaço de resistência anunciada naqueles primeiros dias de abril.

Quando o golpe foi deflagrado, o prefeito Djalma Maranhão, na já referida nota, anunciou a Prefeitura como Quartel General da Legalidade – QG da Legalidade, que foi desmobilizado já no dia 2 e nos dias seguintes, com invasões e prisões, conforme descreveu em seu livro de memórias o então secretário de educação de Natal, Moacyr de Góes.

Para Mery, sua permanência no interior do estado, no imediato pós-golpe, já era uma forma de se manter afastado de Natal, centro de efervescência política naqueles primeiros dias de abril de 1964. Tal permanência já era, segundo ele, “uma espécie de fuga”, o cuidado diante de uma possível prisão, já que se esperava que a repressão cairia de forma contundente sobre todos aqueles envolvidos com as atividades políticas de

esquerda no estado. Atuando junto às Ligas Camponesas e muito próximo da figura de Floriano Bezerra, ele já aguardava uma iminente prisão, que ocorreu em setembro de 1965, a primeira de uma série que viria nos anos seguintes.

## Vívidos possíveis: as prisões, o pós-ditadura e a necessidade de reinventar a vida

Em 1965, preso pela primeira vez em Pernambuco, Mery foi acusado de “atividade subversiva” e teve, por diversas vezes, sua prisão preventiva decretada. Em sua narrativa, ele assim descreveu:

Sofri muito [com as perseguições], porque eu fui condenado na auditoria militar por um certo período, eram cinco anos e seis meses, e eles dobraram para dez anos, quase onze anos, por um mesmo delito. E na área do Direito, e o saudoso Varela Barca já dizia, ele arguiu o princípio da exceção por coisa julgada, ou seja, você não pode ser condenado mais de uma vez por um só delito. E fizeram isso comigo. Eles desaforavam meu processo para Jaboatão, por exemplo, de lá, já no final, desaforavam para Natal, para a área da Justiça Civil, para manter as prisões preventivas.

Eu comecei [a ser preso] em períodos perto um do outro, em períodos seguidos. A primeira vez fui preso em Jaboatão e percorri vários quartéis. Depois, fui para a Casa de Detenção do Recife. Depois, saí e voltei. (Mery Medeiros da Silva, 2012).

Para Certeau (2014, p. 49), “[...] as estratégias escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição”. As estratégias acabam por afetar os hábitos de vida, a expressão dos pensamentos e as ações das pessoas. As estratégias são amplas, visam alcançar a todos e se impõem utilizando leis, diretrizes, determinações legais e podendo até chegar ao emprego da força. Diversas formas são assumidas para se alcançar esse controle quase total. Enfatizo quase, pois, mesmo nas esferas mais micro, e em ações até consideradas pontuais e isoladas, o sujeito desenvolve táticas, modos de “escapar”, burlar, escorregar da estratégia estabelecida. Esses dois conceitos nos ajudam a entender a ação narrada por Mery. Os militares construíram enquanto estratégia o deslocamento dos processos de um estado para o outro, para que assim seguissem mantendo “sob controle” aqueles que ameaçavam a “ordem” que eles desejavam manter/estabelecer. E dessa forma, ele e muitos outros militantes políticos foram sendo mantidos encarcerados, e muitas vezes torturados.

Mery não me narrou, nesta entrevista, as torturas sofridas, mas, na atividade

coletiva, na escola em que lecionei nos idos de 2014, ele o fez. Questionado por um dos estudantes presentes, Mery Medeiros, de forma bastante paciente, permitiu fazer emergir suas memórias traumáticas (Pollak, 1989) e descreveu uma das sessões de tortura sofridas. Sua narrativa trouxe à turma e a todos os presentes os requintes de crueldade daqueles que fizeram com que um conjunto de presos entrasse e permanecesse por um tempo, completamente despido, em uma câmara refrigerada, como aquelas de frigoríficos.

Após o choque de ouvir aquela narrativa, uma estudante o perguntou se nunca quis se vingar daquilo tudo, e ele, com um sorriso ameno, disse que a dor era imensa, mas não podia vingar-se, sob o custo de se tornar igual. O que buscava, e pelo que lutara a vida inteira, era justiça, pelo reconhecimento do Estado como autor dessas barbáries, pela reparação dos que sofreram tudo isso e de suas famílias, reparação não somente material, mas também moral.

Penso que, muito provavelmente, foi esse desejo de justiça que passou a mover a vida de Mery após as prisões. Aliás, que se ampliou após as prisões, pois já estava presente desde que buscou envolvimento com a atividade política sindical, campesina e urbana. Mesmo quando conseguiu deixar as sucessivas prisões, já nos anos 1970, o retorno de Mery à vida social e à vida política não foi simples, tampouco tranquilo. Sobre isso, ele afirmou que:

Ao sair da prisão eu fiquei vigiado constantemente. A minha participação era patrulhada. Então, eu não integrei o Comitê Norte-Rio-Grandense de Anistia. Até porque a última prisão foi o período da organização do Comitê. A organização do Comitê foi em 1978 e 1979, eu saí da prisão em 1971, mas fui preso num período crítico. Na última prisão era para passar dois anos, mas foi reduzida para um ano e seis meses. Então, eu entrei em 1969 e saí em 1971. E você sabe que 1970 foi o período mais duro da ditadura no governo de Médici e os movimentos eram muito patrulhados. E eu, até por questão de preconceito, as pessoas me detestavam e tinham medo da minha presença. Aí, **você era solto, mas o clima de terror permanecia.** (Mery Medeiros da Silva, 2011, grifo nosso).

O grifo na citação ajuda a entender esse movimento que iniciei a discutir antes: a prisão cessava, mas o terror permanecia. Além da ameaça de novas prisões, havia ainda a dificuldade de seguir com a vida, de conseguir emprego, de retornar à família, de retomar o que seria uma vida “normal”. Haveria vida normal após tudo o que foi visto e vivido por um militante político durante um estado de exceção?

Os anos posteriores nunca me foram claramente narrados por Mery. O que sabia era que passara mais alguns anos no PCB, que posteriormente ingressara para o PCdoB, e que na transição dos anos 1990 para os anos 2000 iniciou uma mobilização em prol da construção de uma Associação de anistiados políticos no Rio Grande do Norte.

Foi a partir da Associação Norte-Rio-Grandense de Anistiados Políticos (Anap-

RN) que tive contato com Mery Medeiros, Floriano Bezerra e outros militantes políticos que se congregavam naquele espaço. Foram nos encontros da associação, que nunca eram gravados, que pude registrar em minhas próprias lembranças tantos testemunhos, fragmentos de cenas, que, muitas vezes, eu pouco entendia.

Nas reuniões da Anap-RN, ocorridas geralmente aos sábados, primeiramente na sede do Centro de Direitos Humanos, depois em uma salinha que ficava naquele mesmo prédio, o Edifício 21 de Março, eram traçadas ações de luta em prol da memória dos anistiados e para que alcançassem as devidas reparações morais e materiais. Segundo Mery:

[A criação da Associação] Foi uma continuação da luta do Comitê. E [os objetivos eram] ouvir estudantes, buscar apoios, divulgando o que houve no Brasil e também procurando defender muitos direitos que tinham sido postergados. Ou bom, ou ruim, ou pouco, mas nós fizemos isso e estamos fazendo ainda, estamos lutando. (Mery Medeiros da Silva, 2012).

A Anap-RN era mais um espaço de luta, resistência e memória construído por aqueles homens, que aceitavam Mery enquanto líder e concordavam em acionar, talvez a parte mais dolorida de suas memórias, para estarem ali. Eu sentia que aquelas reuniões eram também oportunidades de partilhas entre iguais, um espaço seguro para falar entre os seus. À época, eu achava que eles se sacrificavam demais em prol de uma ação coletiva, pois alguns já tinham sido até reparados financeiramente, mas se mantinham ali. Hoje, percebo que, mesmo evocando dor, aquele era um espaço de ação coletiva quase terapêutica, um ambiente em que podiam encontrar seus pares e, então, narrar, pôr na roda suas memórias e percebê-las coletivas, pois, segundo Halbwachs (2017, p. 41),

[...] talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças apareça porque os outros nos fazem recordá-las; também se há de convir que, mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que recordamos, do ponto de vista desse grupo.

A associação funcionou como esse grupo, em que Mery e outros companheiros podiam acionar suas memórias coletivas, selecionar, recortar, refletir e tornar público aquilo que queriam, em mais um ato de resistência, em mais uma ação tática, demonstrando não terem sido controlados e vencidos por um regime autoritário.

Para além de resistir, os encontros da Anap-RN possibilitaram que figuras como a de Mery, que são narradores por natureza, pudessem reencontrar o círculo, a roda, o espaço compartilhado com os que reconheciam iguais e, assim, se constituíam em comunidade. Para narrar, é preciso ter quem nos ouça, fala e escuta, um binômio

necessário à narrativa e, possivelmente, alcançado em parte dos encontros de anistiados. Para Benjamin (2012, p. 199), a narrativa

[...] é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada, como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim, imprime-se na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.

Não havia como retirar os sujeitos dos fatos narrados. Essa era uma imagem turva para mim naquele período porque, muitas vezes, eu buscava por informações, dados, relatos com alguma precisão. No entanto, encontrei mais, muito mais que isso, mas somente hoje, passados mais de dez anos, consigo vislumbrar isso com alguma clareza. Encontrei ali o desejo de luta, a vontade de resistir, a necessidade de aceitar-se escritor, mesmo sem formação superior. Busquei dados e achei vidas. Nem sempre tive profusões de informações precisas e pormenorizadas, mas pude encontrar vidas que foram alvo de estratégias e estiveram imersas em uma espécie de limbo durante os anos de cadeia, além de sofrerem toda sorte de perseguição. Mesmo assim, naquelas rodas, as vidas se reinventaram e quiseram ser vistas, ouvidas, narradas, talvez por terem sido tão duramente silenciadas e enterradas durante décadas.

Mery Medeiros, longe de ser o único, mas tendo sido o sujeito principal deste trabalho, evoca todos aqueles narradores natos que tiveram suas vidas interdadas, mas conseguiram recriá-las. Para além destes, ele também alcança em/com suas narrativas aqueles que foram silenciados, que morreram, que enlouqueceram, que se suicidaram, ou que decidiram não mais falar, em uma tentativa de fazer doer menos, ou como trauma do horror vivido. Para com todos e, sobretudo, para com esses últimos, ele sempre demonstrou respeito e zelo, sem julgá-los. Ele dizia lutar também por esses, pois cada ser humano encontra suas formas de conseguir viver.

Semelhante a Primo Levi, que reinventou a vida a partir das memórias dos horrores do holocausto, Mery optou por seguir falando até onde conseguiu, e isso foi por muito tempo. Sua última aparição em público teria sido, segundo matéria divulgada na imprensa (Duarte, 2020), em 2018, durante a campanha eleitoral para presidência da República. Dois anos depois, ele se encantou, já durante a pandemia de Covid-19, em casa, no interior do estado do RN, após sofrer um infarto e já estando convivendo com perdas de memória e outras questões a ela relacionadas.

O narrador parou de falar e a narrativa agora morreu, é possível de se supor. Afirmo que não, pois “O narrador retira o que ele conta da experiência: de sua própria vida ou da relatada por outros. E incorpora, por sua vez, as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (Benjamin, 2012, p. 217). Sendo assim, mesmo encantando-se o narrador, a narrativa continua a partir daqueles que o ouviram, sentiram e incorporaram em si a experiência da escuta da narrativa.

## Considerações finais



Figura 2 – Mery Medeiros da Silva em entrevista na sua casa.  
Fonte: Acervo da autora (2012).

Por novos tempos vividos e pela evocação das memórias narradas. Foi isso que mobilizou a pesquisa que resultou nesta produção. Retomar os registros das entrevistas gravadas nos idos de 2011 e 2012, revirar antigos papéis, buscar novas fontes, cruzá-las, reler o que já fora visitado em outros tempos, tudo isso foi uma experiência *sine qua non*. Nesse movimento de retorno ao passado, alcancei várias temporalidades, cheguei aos primeiros anos da década passada, ao início dos anos 2000, às décadas de 1960 e 1970, uma multiplicidade de camadas de tempo que não foram vistas linearmente e progressivamente, mas que se misturaram, permearam, entrelaçaram-se ao longo desses anos. E, buscando uma sistematização didática, fui destrinchando-as e tentando torná-las mais inteligíveis aos outros.

Com a retomada das memórias de Mery Medeiros, a intenção era uma escrita sensível sobre 1964 e seus desdobramentos no RN. Tentei aguçar a percepção para que fosse possível observar não apenas um encadeamento de eventos, mas o quanto a vida política de um país afeta frontalmente aqueles que a vivem e que ousam encará-la quando ela se configura em regimes de exceção.

Ao final, foi possível experienciar a impossibilidade de separar as memórias individuais das coletivas. Até mesmo as lembranças que pareciam mais específicas do indivíduo Mery estavam repletas de questões sociais, políticas, que diziam respeito ao seu destino, às suas escolhas e à sua trajetória, e que foram profundamente afetadas pelo avanço do autoritarismo vivido no país a partir de 1964. Quantas pessoas estavam

presentes nas narrativas expressas por Mery? Não é possível mensurar, mas pode-se supor serem muitas, tanto as ditas explicitamente, quanto aquelas que dialogam com seus princípios, valores e crenças.

O homem se encantou, suas vivências passaram, sua voz tranquila não será mais ouvida em tempo real, enquanto era possível fitá-lo nos olhos e ser observada de volta por ele. Mas as memórias podem ir além do tempo daquele que as vive e, neste pequeno escrito, espero que mais um fragmento daquela narrada por Mery Medeiros tenha se mantido viva e, de algum modo, resistido.

## Referências

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas, v. 1).

BRASIL. Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Lei que institui a Comissão de Anistia e regulamenta o regime do anistiado político. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 221. p. 6, 14 nov. 2002.

BRASIL. Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1706, 26 fev. 1969.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2014.

DIÁRIO DE NATAL. Natal, n. 7147, 1 abr. 1964.

DUARTE, Rafael. Brasil perde Mery Medeiros, expoente no RN das Ligas Camponesas. *Saiba Mais*, Natal, 9 jul. 2020. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2020/07/brasil-perde-a-ternura-de-mery-medeiros-um-dos-ultimos-remanescentes-das-ligas-camponesas-no-rn/>. Acesso em: 3 abr. 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 57-71.

GÓES, Moacyr de. *Sem paisagem: memórias da prisão*. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2017.

LARROSA, Jorge. *Tremores: escritos sobre experiência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

O POTI. Natal, n. 1209, 20 set. 1964.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2017.



MONTE, Roberto. Mery Medeiros da Silva 01 – O RN antes do golpe de 1964. Coleção Memória das Lutas Populares no RN. *DHnet*, 4 maio 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BgKAawPiUhc>. Acesso em: 3 abr. 2024.

PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra; LANGUE, Frédérique (Org.). *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 9-22.

POLLAK, Michael. Memória. Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: [https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf). Acesso em: 3 abr. 2024.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2024.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SILVA, Mery Medeiros da. Acervo online Mery Medeiros. Coleção Memória das Lutas Populares no RN. *Acervo DHNet*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/mery/acervo.htm>. Acesso em: 15 dez. 2022.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. História oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VERAS, Carlos Moura de Moraes; SILVA, José Domingos da. *Relatório de Inquérito de Polícia Militar* (Relatório Veras), 1964.

## Fontes orais

ARAÚJO, Floriano Bezerra de [85 anos]. [jan. 2012]. Entrevistadora: Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto, Natal, 20 jan. 2012.

CAPISTRANO, Benjamin. [81 anos]. [ago. 2022]. Entrevistadora: Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto, Natal, 25 ago. 2022.

SILVA, Mery Medeiros da [69 anos]. [jan. 2012]. Entrevistadora: Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto, Natal, 17 jan. 2012.

Recebido em 30/01/2024

Versão final reapresentada em 18/03/2024

Aprovado em 23/03/2024

**Fonte de Financiamento:** nada a declarar.

**Conflito de Interesses:** nada a declarar.